



PROJETO DE LEI Nº 2003 / 2014

Autoriza o Poder Executivo a isentar o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - destinados à aquisição de veículos automotores pelos integrantes das carreiras que compõem os órgãos relacionados no art. 43 da Constituição Estadual, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba Resolve:

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a isentar o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - destinados à aquisição de veículos automotores pelos integrantes das carreiras que compõem os órgãos relacionados no art. 43 da Constituição Estadual.

Parágrafo único. Para efeitos dessa Lei, são considerados integrantes das carreiras de segurança pública os agentes penitenciários.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

A violência que atinge a sociedade, embora tenhamos aperfeiçoado o sistema e aparato policial; nessa esteira e em razão de suas atividades, nossos policiais e demais agentes envolvidos no âmbito da segurança pública são alvos de ações criminosas.

Nossa propositura pretende garantir aos mesmos a possibilidade de se deslocarem com maior segurança em veículo próprio, adquirido com isenção do ICMS, evitando que sua identificação pelo uso de fardas, em transportes coletivos, transformando-os em vítimas quase sempre fatais.

É certo que este projeto de lei contribui para a segurança dos integrantes das carreiras de segurança pública, aí incluídos os agentes penitenciários, facilitando o acesso ao carro próprio e, com isso, deixando-os menos expostos à ação dos delinquentes que circulam em vias e em transportes públicos, além de propiciá-los maior mobilidade, funcionando, até mesmo, como percussor de segurança passiva móvel, haja vista o deslocamento desses policiais nas ordinárias idas e vindas ao serviço.



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Gabinete do Deputado **Lindolfo Pires**



Além do que, meritoriamente, a proposição busca dar um incremento remuneratório indireto, ao oferecer-lhes um incentivo ao trabalho e à permanência nas instituições no exercício do árduo mister de combata à criminalidade e defesa da sociedade.

Destarte, pugnamos pelo acolhimento do projeto e sua aprovação.
Plenário José Mariz, 12 de agosto de 2014.

Lindolfo Pires
Deputado Estadual



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
SECRETARIA LEGISLATIVA



**REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIACÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS**

Registro no Livro de Plenário
Às fls. ____ sob o nº 003/14
Em 13/08 /2014
Willyanny B. F. de Melo
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 19/08 /2014
Pinagala Maia
Dir. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo
Em, 19 / 08 /2014.
Pinagala Maia
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia 19/08 /2014
Pinagala Maia
Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

À Comissão de Constituição, Justiça e
Redação para indicação do Relator

Em ____ / ____ / 2014.

Secretaria Legislativa
Secretário

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____ / ____ /2013

Secretaria Legislativa
Secretário

Assessoramento Legislativo Técnico

Em ____ / ____ /2014

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado
VICTORIANO DE ABRIL
Em 30/10 /2014

Deputado
Presidente

Apreciado pela Comissão
No dia ____ / ____ /2014
Parecer _____
Em ____ / ____ /

Secretaria Legislativa

Aprovado em (____) Turno
Em ____ / ____ / 2014.

Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a presente Propositura consta
(02) Página (s) e (____)
Documento (s) em anexo.
Em 13 / 08 /2014.

Funcionário



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa



CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do que dispõe os §§ 1º e 2º do art. 139 da Resolução nº 1.578, de 19 de dezembro de 2012 (Regimento Interno) que não houve apresentação de Emendas no Protocolo Legislativo da Divisão de Assessoria ao Plenário, unidade de trabalho da Secretaria Legislativa, durante os 5 (cinco) dias úteis, após a publicação no Diário do Poder Legislativo, no que se refere ao Projeto de Lei nº 2.003/2014, de autoria do Deputado Lindolfo Pires que “Autoriza o Poder Executivo a isentar o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS destinado à aquisição de veículos automotores pelos integrantes das carreiras que compõem os órgãos relacionados no art. 43 da Constituição Estadual, e dá outras providências”.

Gabinete do Secretário Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba “Casa de Eptácio Pessoa”, João Pessoa, 28 de agosto de 2014.


Felix de Sousa Araújo Sobrinho
Secretário Legislativo



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROJETO DE LEI Nº 2003/2014

Projeto
2003/14
6

IAUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
ISENTAR O IMPOSTO SOBRE
OPERAÇÕES RELATIVAS A
CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E
SERVIÇOS – ICMS – DESTINADOS A
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
AUTOMOTORES PELOS
INTEGRANTES DAS CARREIRAS
QUE COMPÕEM OS ÓRGÃOS
RELACIONADOS NO ART. 43 DA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, E
DETERMINA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: DEP. Lindolfo Pires
RELATOR: DEP. Vituriano de Abreu

P A R E C E R Nº

2220/14

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei Nº 2003/2014**, do ilustre **Deputado Lindolfo Pires**, Objetiva autorizar o Governo do Estado da Paraíba a isentar o Imposto sobre Operação relativa a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – destinados à aquisição de veículos automotores pelos integrantes das carreiras que compõem os órgãos relacionados no art. 43 da Constituição Estadual, e determina outras providências”.

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O supracitado projeto legislativo tem como principal escopo o alcance social e interesse público, contudo, colide, sob o aspecto meramente formal, com o Art. 63, § 1º, Inciso II, Alínea "e", da Constituição Estadual, senão vejamos:

"Art. 63 (...)

§ 1º - São de iniciativa do Governador do Estado as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa, matéria tributária, orçamentária e serviços públicos;

e) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública."

Com efeito, urge ressaltar, que conforme consta do preceito constitucional supracitado, cabe unicamente ao Governador do Estado, que é o gerente da Administração Pública, a iniciativa deste projeto, que envolve os serviços públicos, bem como, as atribuições de Secretaria de Estado.

Registre-se ainda, por oportuno, que o Projeto é autorizativo e vai resultar, se aprovado, em lei autorizativa. Lei autorizativa é aquela que faculta ao agente fazer ou não fazer alguma coisa; a cumprir ou ignorar os seus termos, exceto nos casos pré-estabelecidos. A Lei tem como uma de suas características principais a imperatividade. Este projeto de lei, com caráter autorizativo, não segue esta regra. A forma adotada do "projeto autorizativo" é uma tentativa de burlar a iniciativa, posto que não é forma adequada para se oferecer sugestão ao Executivo, como se depreende do exame regimental.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

2003/14
8

Assim, juridicamente o presente projeto tem grave e incontornável defeito, não devendo, portanto, prosperar.

Diante de todo o exposto, esta relatoria, com fulcro no art. 63, § 1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Estadual, opina pela **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei Nº. 2003/2014, sugerindo, assim, que através de Requerimento, previsto no art. 95, inciso III, do Regimento Interno, encaminhe o Projeto em epígrafe ao Chefe do Executivo Estadual, para que este mediante os órgãos competentes, estude a possibilidade de desencadear o processo legislativo, dado ao interesse público da matéria.

É o voto.

Sala das Comissões, em 03 de novembro de 2014.

DEP. VITURIANO DE ABREU
RELATOR



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

2003/14
9

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação ,
com fulcro no art. 63, § 1º, inciso II, alínea "e", Constituição Estadual, opina
pela **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei N°**
2003/2014, nos termos do voto do Senhor Relator.


É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de novembro de 2014.



DEP. JANDUY CARNEIRO
PRESIDENTE

Apreciada Pela Comissão
No Dia 29/11/14


DEP. OLENKA MARANHÃO
MEMBRO


DEP. JUTAY MENESES
MEMBRO


DEP. DR. ANIBAL
MEMBRO


DEP. JOÃO HENRIQUE
MEMBRO


DEP. VITORIANO DE ABREU
MEMBRO